

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, com sede em Blumenau–SC, tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de roupas de cama, toalhas felpudas, roupões, panos de copa, toalhas de mesa e tecidos para decoração. Suas quatro unidades fabris estão localizadas nas cidades de Blumenau e Indaial em Santa Catarina e nas cidades de Artur Nogueira e Itapira em São Paulo.

Em 06 de junho de 2003 a Companhia divulgou fato relevante ao mercado informando que havia iniciado um processo de completa reestruturação administrativa, com a eleição de novos membros do Conselho de Administração e passando a gestão da Companhia a ser conduzida por uma Diretoria profissional com a substituição do Presidente Executivo e membros da Diretoria Executiva.

Em 15 de setembro de 2004 a Companhia divulgou novo fato relevante ao mercado, informando alterações de membros do Conselho de Administração. Ocorreu também substituição do Presidente Executivo e membros da Diretoria Executiva. Essa decisão está em consonância com o processo de reestruturação do Grupo Teka, o qual, agora em sua segunda etapa, consolidará o reposicionamento estratégico do Grupo e o alinhamento de sua gestão, mantendo as melhores práticas de governança corporativa, notadamente no que se refere à total profissionalização de sua Diretoria Executiva. Esse processo de reorganização, atualmente em curso, inclui também a readequação das estratégias comerciais, visando a concentração no “*portfólio*” de produtos com maior rentabilidade, assim como ampliação das vendas ao mercado externo, reorganização do sistema produtivo, objetivando o incremento do volume produzido e conseqüente melhor utilização da capacidade fabril das unidades, renegociação das dívidas já contraídas e alongamento dos prazos, inclusive com fornecedores e instituições financeiras e, forte foco na continuidade ao plano de redução de custos e despesas.

Ainda como parte do processo de reestruturação, a Companhia vem operando desde agosto de 2003 com parte da sua capacidade produtiva como prestadora de serviços de industrialização de produtos têxteis. Produtos industrializados no exercício de 2004, vendidos por terceiros com a marca Teka, representariam R\$93.600 em faturamento (R\$14.300 em 2003). Em decorrência dessa mudança no processo de produção e vendas, há de se levar em consideração esse aspecto nas análises comparativas entre os exercícios.

2. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do exercício de 2004 estão sendo representadas por determinação da CVM Comissão de Valores Mobiliários, conforme Ofício/CVM/SEP/GEA-2/Nr.009/2006 de 09 de janeiro de 2006, para reconhecer o

estorno dos ativos contingentes relativos a créditos do IPI de R\$32.578, de contribuições ao INCRA de R\$2.456 e de Empréstimos Compulsórios Eletrobrás de R\$55.718 no total de R\$90.752, além da ampliação na divulgação de certas informações relativas a impostos diferidos, imobilizado e empréstimos. Tal reapresentação causou os seguintes efeitos no Balanço e na Demonstração do Resultado de 31.12.2004:

	Controladora		Consolidado	
	<u>Republicação</u>	<u>Anterior</u>	<u>Republicação</u>	<u>Anterior</u>
Realizável a Longo Prazo				
Impostos a Recuperar (Nota 6)	9.035	44.069	9.035	44.069
Empréstimo Compulsório (Nota 18)	0	55.718	-	55.718
Total do Ativo	558.167	648.919	571.259	662.011
Patrimônio Líquido				
Prejuízos Acumulados	(260.699)	(169.947)	(260.750)	(169.998)
Total do Passivo	558.167	648.919	571.259	662.011
Demonstração do Resultado				
Resultado Não Operacional (Nota 18)	(18.541)	72.211	(16.745)	74.007
Prejuízo do Exercício	(103.599)	(12.847)	(102.801)	(12.029)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as disposições da Comissão de Valores Mobiliários, consoante práticas contábeis descritas na nota 3.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação previstos na legislação societária brasileira e nas instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Abrangem as demonstrações contábeis da Teka – Tecelagem Kuehnrich S.A. e das empresas controladas apresentadas na Nota 10, e contemplam a eliminação dos investimentos proporcionais a participação da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como dos saldos ativos e passivos, receitas, custos e despesas decorrentes de transações entre elas. A participação dos acionistas minoritários foi excluída do patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício e destacada no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado consolidado.

Conciliação do patrimônio líquido e resultado do exercício da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2004 e 2003.

	Resultado		Patrimônio Líquido	
	31/12/04	31/12/03	31/12/04	31/12/03
Controladora	(103.599)	(150.351)	(77.719)	25.905
Lucros não realizados nas transações entre a controladora e suas controladas	798	(141)	(51)	(850)
	<u>(102.801)</u>	<u>(150.492)</u>	<u>(77.770)</u>	<u>25.055</u>

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras mantêm uniformidade com os períodos anteriores e podem ser sumariadas como segue:

Apuração do resultado

As receitas e despesas do exercício são apuradas pelo regime de competência.

Provisão para devedores duvidosos

Constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de contas a receber de clientes.

Estoques

Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos até a data do balanço.

Tributos Diferidos

São decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como das diferenças temporárias. Estes créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas que se espera tais impostos sejam recuperados.

Investimentos

Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial e o resultado tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação de bens, uma conta de reserva de reavaliação cuja realização ocorre proporcionalmente a da empresa controlada através de depreciação ou baixa dos ativos reavaliados. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável.

Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição ou construção acrescido de reavaliação, deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, conforme demonstradas na Nota 11.

Diferido

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização, a qual é calculada a partir da geração de benefícios até sua cessação ou no mínimo cinco anos.

Demais Ativos Circulantes e de Longo Prazo

Estão demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais ou monetárias auferidas.

Instituições financeiras

Os empréstimos mantidos com instituições financeiras são atualizados aos índices vigentes em 31 de dezembro de 2004, acrescidos de juros "pró-rata", de acordo com as taxas pactuadas contratualmente, conforme demonstradas na Nota 12.

Transações com Partes Relacionadas

Encontram-se reconhecidas pelo regime de competência de exercícios e foram computadas conforme descrito na nota 8.

Demais Passivos Circulantes e Exigível a Longo Prazo

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos em base "pró-rata dia".

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/04	31/12/03	31/12/04	31/12/03
Clientes no país	40.499	27.484	40.499	27.484
Clientes do exterior	23.776	35.322	19.641	18.780
Duplicatas negociadas	(17.348)	(8.570)	(17.348)	(8.570)
Saques cambiais exportação	(7.944)	(13.112)	(7.944)	(13.112)
Provisão para devedores duvidosos	(13.141)	(8.754)	(13.141)	(8.754)
	25.842	32.370	21.707	15.828

Com base em análise específica do risco envolvido e considerando as ações e procedimentos de cobrança junto a cada cliente, durante o exercício de 2004 foi complementada em R\$3.746 a provisão para perdas com contas a receber de clientes no país e constituída uma provisão de R\$641 para perdas com contas a receber de clientes no exterior. Ainda no exercício de 2004 foi lançado diretamente em despesas o valor de R\$999 (consolidado) referente à perdas em contas a receber de clientes do exterior.

5. ESTOQUE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/04	31/12/03	31/12/04	31/12/03
Produtos acabados	5.734	4.724	6.360	9.654
Produtos em elaboração	10.650	8.997	10.650	8.997
Matérias-primas	3.057	2.280	3.057	2.280
Outros materiais	1.983	1.997	1.983	1.997
Importações em andamento	251	244	251	244
(-) Ajuste a Valor de Mercado	-	(1.329)	-	(1.329)
	<u>21.675</u>	<u>16.913</u>	<u>22.301</u>	<u>21.843</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia tem registrado os seguintes créditos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/04	31/12/03	31/12/04	31/12/03
ICMS	10.630	13.602	10.630	13.602
Imposto de renda	7.086	6.689	7.086	6.689
IPI	765	437	765	437
PIS/COFINS	2.986	3.010	2.986	3.010
Outros		-	400	131
	<u>21.467</u>	<u>23.738</u>	<u>21.867</u>	<u>23.869</u>
Curto prazo	12.432	15.935	12.832	16.066
Longo prazo	9.035	7.803	9.035	7.803

Mesmo sujeita a revisão dos seus procedimentos fiscais por parte das autoridades competentes, a Administração, respaldada na opinião de seus consultores jurídicos internos e externos, entende que eventuais questionamentos possuem defesa plenamente sustentável. Para determinados créditos reconhecidos foi registrada provisão para contingências (Nota 15).

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	31/12/04	31/12/03	31/12/04	31/12/03
Imposto de renda				
Prejuízo fiscal	88.176	54.456	-	-
Adições Temporárias	16.828	-	-	-
Reavaliação ativo permanente	-	-	39.871	44.567
	<u>105.004</u>	<u>54.456</u>	<u>39.871</u>	<u>44.567</u>

Contribuição social				
Base negativa contribuição social	33.133	20.936	-	-
Adições Temporárias	6.059	-	-	-
Reavaliação ativo permanente	-	-	14.353	16.044
	<u>39.192</u>	<u>20.936</u>	<u>14.353</u>	<u>16.044</u>
	<u>144.196</u>	<u>75.392</u>	<u>54.224</u>	<u>60.611</u>
Curto prazo	9.049	-	-	-
Longo prazo	<u>135.147</u>	<u>75.392</u>	<u>54.224</u>	<u>60.611</u>

No consolidado os impostos diferidos passivos decorrentes da reavaliação do ativo permanente representam R\$82.675 em 31 de dezembro de 2004 (R\$93.035 em 2003).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 os seguintes valores foram registrados na demonstração de resultado da Companhia:

	Resultado do exercício			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/04	31/12/03	31/12/04	31/12/03
Imposto de renda sobre:				
Prejuízos fiscais	33.720	-	33.720	-
Adições temporárias	16.828	-	16.828	-
Reavaliação do ativo permanente	4.696	2.482	7.634	3.786
Contribuição social sobre:				
Prejuízos fiscais	12.197	-	12.197	-
Adições temporárias	6.059	-	6.059	-
Reavaliação do ativo permanente	1.691	894	2.749	1.364
	<u>75.191</u>	<u>3.376</u>	<u>79.187</u>	<u>5.150</u>

Em consonância à Deliberação nº 273 de 20 de agosto de 1998 e em observância às disposições contidas na Instrução nº 371 da Comissão de Valores Mobiliários, que dispõe sobre o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, considerando o processo de reestruturação operacional ao qual a Companhia vem sendo submetida, conforme comentada na Nota 1 dessas demonstrações contábeis, e fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros descontados a valor presente, com base em orçamento e plano de negócios examinados e aprovados pelo Conselho de Administração, estão registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo o imposto de renda e a contribuição social diferidos no montante de R\$9.049 e R\$135.147 respectivamente, totalizando R\$144.196. A Administração prevê a realização desses créditos, mediante a compensação com impostos a serem gerados, conforme demonstrado a seguir:

Ano	R\$
2005	9.049
2006	9.965
2007	13.854

2008	14.167
2009	17.116
2010	18.156
2011	18.289
2012	14.628
2013	19.826
2014	9.146
	<u>144.196</u>

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/04	31/12/03	31/12/04	31/12/03
Ativo circulante				
Teka Europalager GmbH	3.810	13.474	-	-
Teka USA, Inc.	3.318	9.840	-	-
Teka Trust	-	83	-	-
	<u>7.128</u>	<u>23.397</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Realizável a longo prazo				
Teka Europalager GmbH	7.163	1.237	-	-
Teka USA, Inc.	2.242	641	-	-
Cerro Azul Part.e Adm.Ltda	408	-	-	-
Santa Cat. Particip.Soc.	-	794	-	794
	<u>9.813</u>	<u>2.672</u>	<u>-</u>	<u>794</u>
Passivo circulante				
Monte Claro Part.Serv.Ltda	7.017	3.453	7.018	3.453
Cell Partic. e Adm.Ltda	917	190	916	190
RMMF Particip. Ltda	521	-	521	-
	<u>8.455</u>	<u>3.643</u>	<u>8.455</u>	<u>3.643</u>
Exigível a longo prazo				
Teka Europalager GmbH	1.022	176	-	-
Teka Trust S.A.	4.967	3.600	-	-
Cerro Azul Part.e Adm.Ltda	86	-	-	-
	<u>6.075</u>	<u>3.776</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Vendas				
	Acumulado 2004	Acumulado 2003		
Teka Europalager GmbH	10.812	15.687	-	-
Teka USA	1.602	4.126	-	-
	<u>12.414</u>	<u>19.813</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As transações de compras/vendas de produtos/serviços são realizadas a preços e condições idênticas às praticadas no mercado, com prazo médio de 180 dias para pagamento.

Não são obtidas ou prestadas garantias sobre as transações efetuadas com as controladas e coligadas e não foram concedidos avais ou qualquer tipo de garantia às empresas controladas e coligadas.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

A Companhia registra no ativo realizável a longo prazo os valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	<u>31/12/04</u>	<u>31/12/03</u>
Depósitos ações trabalhistas	1.435	407
Encargo emergencial energia	601	601
Parcela IRPJ	766	766
Raet Nacional/Unibanco	2.087	402
	<u>4.889</u>	<u>2.176</u>

O depósito judicial “Raet Nacional/Unibanco” é baseado em Liminar obtida na justiça, devido à contestação do valor pago e a pagar referente ao empréstimo contraído junto à instituição financeira.

10. INVESTIMENTOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2004</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Investimentos em controladas	88.038	96.126	-	-
Investimentos em coligadas	-	497	-	497
Outros investimentos	268	268	268	268
Total	<u>88.306</u>	<u>96.891</u>	<u>268</u>	<u>765</u>

Os investimentos em controladas e coligadas estão compostos conforme abaixo demonstrado:

Controladas/Coligada	Investimento	Patrimônio Líquido	Resultado 2004 Controladas	% Partic.	Resultado Equivalência 2004	Resultado Equivalência 2003
ladas						
Teka Trust S.A	87.945	87.945	(8.106)	99,99	(8.106)	(4.071)
Tecelagem Kuehnrich S.A.	6	6	(7)	99,99	(7)	(141)
Teka Europalager	-	-	-	100,00	-	(887)
Cerro Azul Part.e Adm.Ltda	87	87	(13)	99,99	(13)	-
	<u>88.038</u>				<u>(8.126)</u>	<u>(5.099)</u>

Ja						
S.C. Part. Soc. Ltda.(*)	-	2.066	(205)	21,88	(45)	(53)
	<u>88.038</u>				<u>(8.171)</u>	<u>(5.152)</u>

Provisão sobre passivo a descoberto

Teka Europalager		(2.838)	(1.812)	100,00	(1.812)	(2.050)
Teka USA		(8.642)	(1.515)	99,00	(1.500)	(2.581)
					<u>(3.312)</u>	<u>(4.631)</u>

(*) Em 2004 foi constituída provisão para perdas sobre essa coligada, no valor de R\$452, ajustando para zero o valor do investimento na mesma.

11. IMOBILIZADO

	Taxas de Depreciação %	Controladora		Consolidado			
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	1.540	-	1.540	3.608	2.562	4.530
Terrenos reavaliados	-	6.248	-	6.248	6.248	14.645	14.644
Prédios e instalações	3,65	23.297	(1.059)	22.238	23.046	33.470	34.409
Prédios e instalações reavaliados	3,72	56.159	(2.458)	53.701	55.607	87.607	90.925
Máquinas e equipamentos	10,09	47.108	(10.074)	37.034	41.773	41.964	47.715
Máquinas e equipamentos reavaliados	12,29	126.761	(20.496)	106.265	123.115	158.545	186.083
Ferramentas e utensílios	11,10	17.705	(15.270)	2.435	3.121	2.435	3.121
Ferramentas e Utensílios reavaliados	10,11	62	(52)	10	20	10	20
Móveis e utensílios	11,00	2.647	(2.389)	258	321	669	321
Móveis e utensílios reavaliados	9,98	44	(36)	8	26	8	24
Veículos	20,11	789	(521)	268	384	268	239
Veículos reavaliados	20,00	34	(33)	1	-	1	-
Equipamentos informática	de 20,0	3.199	(1.956))	1.243	731	1.242	1.220
Equipamentos informática reavaliados	de 20,0	18	(18)	-	-	-	-
Marcas e Patentes	-	211	-	211	10.405	211	10.405
Imobilizado em andamento	-	821	-	821	280	821	426
Outras imobilizações	10,0	183	(20)	163	199	163	202
Outras imobilizações reavaliadas	-	1	-	1	3	1	3
		<u>286.827</u>	<u>(54.382)</u>	<u>232.445</u>	<u>268.887</u>	<u>344.622</u>	<u>394.287</u>

Em setembro de 2003, a Companhia procedeu o registro da reavaliação dos bens de seu imobilizado. O valor da reavaliação registrada no imobilizado da Teka e da controlada Teka Trust em 31 de dezembro 2004, líquida da respectiva depreciação acumulada, monta em R\$258.297 (R\$288.843 em 31 de dezembro de 2003).

12. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

	Encargos Financeiros	Vencido. Final	Circulante		Longo Prazo	
			<u>31/12/04</u>	<u>31/12/03</u>	<u>31/12/04</u>	<u>31/12/03</u>
Moeda nacional						
Capital de giro	2,85% a.m.	27/11/05	8.275	8.524	-	-
RAET	.					
HSBC	TR + 9% a.a.	31/03/05	2.021	1.645	-	183
Moeda estrangeira						
Nacional/Unibanco	TR + 6% a.a.	02/12/04	4.961	4.737	-	-
FINAME						
BRDE	TJLP + 7% a.a.	15/12/10	30	1.909	4.363	1.924
FINEP	TJLP + 5,5%a.a.	15/07/06	23.659	13.046	3.983	10.440
BNDES-EXIM	TJLP + 24,0%a.a.	15/06/07	8.997	15.555	2.085	-
			<u>47.943</u>	<u>45.416</u>	<u>10.431</u>	<u>12.547</u>
Moeda estrangeira						
Pré-recebimentos de exportação-ACC	Vc+Deság.4,5% a.a	30/04/05	9.770	6.566	-	-
Pré-pagto exportação	Vc+liborSem+6,0%a.a.	31/12/04	17.638	17.533	-	-
			<u>27.408</u>	<u>24.099</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
			<u>75.351</u>	<u>69.515</u>	<u>10.431</u>	<u>12.547</u>

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado, no total de R\$338.793.

Em 31 de dezembro de 2004 o vencimento dos financiamentos a longo prazo tem a seguinte composição:

Vencimento	
2006	5.372
2007	1.786
2008	1.091
2009	1.091
2010	1.091
	<u>10.431</u>

13. DEBÊNTURES

Aprovada na AGE de 30/04/1996, emissão e lançamento público de 50.000 debêntures simples ao valor unitário de R\$ 1.000, nominativas e não endossáveis, não conversíveis em ações. As debêntures são da espécie com garantia flutuante, conforme parágrafo 1º do art. 58 da Lei nº 6.404/76 e contaram com a garantia

peçoal dos intervenientes fiadores, nomeados e qualificados. Na AGE da Companhia e AGD dos debenturistas, realizadas em 03/11/1999 e re-ratificada pela Assembléia Geral de Debenturistas realizada em 25/04/2000, foi aprovada a alteração do prazo para 9 (nove) anos e 9 (nove) meses, remuneração pela taxa ANBID, e o pagamento em 60 (sessenta) parcelas mensais, a primeira em 28/02/2000 e a última até 28/01/2005.

A AGD de 20/08/02 ratificou alterações de prazos e as seguintes condições: a Companhia realizará pagamentos mensais, representando 40% da parcela calculada (principal + acréscimos) de julho de 2002 a junho de 2003. O pagamento da parcela vencida em janeiro de 2002 será diluído em 12 meses (de julho/02 a junho/03) com os encargos moratórios devidos. O pagamento da parcela vencida em junho de 2002 será feito em três parcelas acrescidas dos encargos moratórios. A partir de julho de 2003 até janeiro de 2005, o pagamento das parcelas obedecerá as condições anteriormente pactuadas.

A AGD de 29/01/2003 aprovou uma nova condição para liquidação da dívida em 42 parcelas mensais e consecutivas de principal e juros, estes calculados com base em 105% do CDI, vencendo a primeira em 01/02/2003 e a última em 01/07/2006.

Em 31 de dezembro de 2004 o passivo com debêntures estava em processo de renegociação. Estão em circulação 15.824 debêntures no valor total atualizado de R\$39.266 (R\$33.321 em 31 de dezembro de 2003).

14. REFIS – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

A Companhia formalizou em 29 de março de 2000 sua opção pelo REFIS – Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal para a quitação de impostos e contribuições sociais. As informações relativas ao processo de adesão ao referido programa foram detalhadas na Nota 16 anexa as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2000.

O valor líquido apresentado de R\$80.299 em 31 de dezembro de 2004 (R\$78.477 em 2003) refere-se aos seguintes tributos: débitos com INSS de R\$49.850 com juros de R\$8.342 multas de R\$192; débitos com a Receita Federal referente a COFINS e IRRF no valor de R\$15.405 com juros de R\$2.597 e multa de R\$50; e débitos com entidades vinculadas à Previdência Social no valor de R\$3.331 com juros de R\$507 e multa de R\$25.

Em garantia dos débitos incluídos no REFIS, a Companhia arrolou bens do seu ativo no montante de R\$80.644.

Em 28 de julho de 2003 a Companhia obteve deferido seu pedido de tutela antecipada junto à 18^o. Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, para que sejam suspensos os pagamentos destinados ao REFIS, com dedução dos valores

arcados a título de juros sobre juros (anatocismo) nas parcelas já recolhidas ao REFIS com parcelas vincendas sem a capitalização de juros e com a apresentação de novas consolidações de débitos pela União Federal e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Em vista desta decisão de tutela, a Companhia está demonstrando a obrigação com o REFIS Federal no exigível a longo prazo, mediante atualizações do saldo pela variação mensal da TJLP, até definição judicial dos montantes de juros e principal devidos. Foi ajustado, durante o 1º. Trimestre de 2004 a rubrica REFIS tendo como contrapartida o resultado não operacional o montante de R\$4.030. Tal ajuste refere-se a valores incorretamente incluídos na consolidação do REFIS Federal, principalmente duplicidade de lançamentos de PIS/COFINS e capitalização de juros.

No âmbito estadual a Companhia também aderiu em 31 de outubro de 2000 ao Programa Catarinense de Recuperação Fiscal – REFIS/SC, instituído pela Lei nº 11.481 de 17 de julho de 2000 destinado a promover a regularização de débitos relativos ao ICMS-SC, e as informações relativas ao processo de adesão estão especificadas na Nota 16 anexa as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2000.

A dívida do REFIS/SC foi repactuada em 2003 sob a forma de parcelamento escalonado para liquidação em 60 parcelas mensais, a partir de julho de 2003. Em 31 de dezembro de 2004 o montante da dívida era de R\$13.586 sendo R\$2.757 no passivo circulante e R\$10.829 no exigível a longo prazo sob a rubrica impostos a recolher e impostos e contribuições sociais, respectivamente.

15. CONTINGÊNCIAS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Contingências tributárias	90.467	51.600	90.467	51.600
Contingências cíveis e trabalhistas	3.842	2.610	3.842	2.610
Contingências previdenciárias	11.041	-	11.041	-
Total	105.350	54.210	105.350	54.210

As contingências tributárias referem-se à compensação de créditos fiscais de ICMS tomados no período de 1993 a 2002; créditos de Pis e Cofins sobre vendas para a Zona Franca de Manaus; créditos extemporâneos referentes à atualização complementar de Finsocial; contestação sobre a inconstitucionalidade de Lei 9.718/98, que trata do alargamento da base de cálculo do PIS e da Cofins e da majoração da alíquota da Cofins de 2% para 3%; notificações fiscais da Secretaria da Receita Federal – SRF relativas a PIS, Cofins, I.R.P.J. e C.S.L.L. e outras ações de natureza tributária não relevantes individualmente.

A contingência previdenciária refere-se às notificações do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

Adicionalmente, amparada na opinião de seus consultores legais, a Companhia vem pleiteando judicialmente a recuperação de certos créditos tributários, que entende ter direito. Os principais temas pleiteados, e que não se encontram registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2004, são: (i) créditos de IPI (R\$827.416), (ii) créditos de energia elétrica – tarifaço plano cruzado (R\$7.321), (iii) créditos de INSS sobre verbas não salariais (R\$20.429) e (iv) INSS/SAT/Salário Educação – imunidade (R\$15.000).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é composto por 38.359.763.154 ações, sendo 12.786.587.718 ordinárias e 25.573.175.436 preferenciais, sem valor nominal, permanecendo o mesmo número do exercício anterior.

b) Reserva de reavaliação

Foi efetuada em 2003 uma nova avaliação do valor dos bens do ativo imobilizado da Companhia que resultou numa reserva de reavaliação no montante de R\$191.938, referente a terrenos, prédios, instalações e máquinas e utensílios. Sobre essa reserva de reavaliação foram contabilizados no exigível a longo prazo e no patrimônio líquido os encargos tributários de imposto de renda e contribuição social.

Neste mesmo período a controlada Teka Trust S.A. também efetuou nova avaliação dos bens do seu ativo imobilizado, resultando numa reserva de reavaliação de R\$106.864 sobre a qual reconheceu a provisão para imposto de renda e contribuição social. A controladora registrou a reserva de reavaliação reflexa no mesmo montante líquido, por tratar-se de subsidiária integral.

Neste exercício foram transferidos o valor de R\$12.399 da reserva de reavaliação de ativos próprios e o valor de R\$7.762 da reserva de reavaliação em controlada para lucros ou prejuízos acumulados em decorrência da realização por depreciação ou baixa dos bens no período.

17. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/04	31/12/03	31/12/04	31/12/03
Créditos (PIS/Cofins)	4.189	4.427	4.188	4.427
Outras receitas	194	126	1.026	2.491
Total outras receitas operacionais	4.383	4.553	5.214	6.918
Provisão contingências	(47.923)	(10.833)	(47.923)	(10.833)

Outras despesas	<u>(3.253)</u>	<u>(588)</u>	<u>(3.253)</u>	<u>(753)</u>
Total outras despesas operacionais	<u>(51.176)</u>	<u>(11.421)</u>	<u>(51.176)</u>	<u>(11.586)</u>
	<u>(46.793)</u>	<u>(6.868)</u>	<u>(45.962)</u>	<u>(4.668)</u>

18. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/04</u>	<u>31/12/03</u>	<u>31/12/04</u>	<u>31/12/03</u>
Ajuste ao Refis	4.030	-	4.030	-
Outras receitas	1.613	1.874	1.613	1.874
Total outras receitas não operacionais	<u>5.643</u>	<u>1.874</u>	<u>5.643</u>	<u>1.874</u>
Custo baixa de bens	(12.295)	(3.170)	(12.295)	(3.170)
Perda de capital em controladas	(3.350)	(3.794)	(38)	(76)
Perdas em investimentos	(2.519)	(2.664)	(2.519)	(2.664)
Provisão contingências	-	(9.241)	-	(9.241)
Provisão ociosidade	(5.551)	(20.958)	(5.551)	(20.958)
Outras despesas	(469)	(24)	(1.986)	(24)
Total outras despesas não operacionais	<u>(24.184)</u>	<u>(39.851)</u>	<u>(22.389)</u>	<u>(36.133)</u>
	<u>(18.541)</u>	<u>(37.977)</u>	<u>(16.746)</u>	<u>(34.259)</u>

No item custo de bens baixados está incluído o valor de R\$10.194, referente a marcas baixadas do ativo da empresa em desuso.

O item perdas de capital em controladas refere-se a prejuízos gerados nas Controladas do Exterior.

O item perdas em investimentos refere-se a provisões não recorrentes sobre perdas de investimentos em empresa coligada e outros ativos.

A provisão para ociosidade refere-se ao custo da capacidade ociosa da empresa no 1º semestre deste exercício.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 235 de 23 de março de 1995 e do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 1 (03/01/96), os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros (aplicações financeiras, empréstimos com partes relacionadas, investimentos permanentes, debêntures e empréstimos junto à instituições financeiras) não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes. Salientamos

que a Companhia não adota a prática de operar no mercado de derivativos e de renda variável.

20. SEGUROS (Não auditada)

A Companhia adota a política de efetuar a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos, sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoque e lucros cessantes e é considerado adequado e suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

Blumenau (SC), 28 de março de 2005

A Administração

Ademar Pedro Oechsler
Técnico em Contabilidade
CRC-SC N. 4738
CPF 010.027.089-15